



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE
ESCOLAR (ESCOLA QUE PROTEGE)**



**RICARDO JESUS DOS SANTOS
ROBERTO CARLOS DA SILVA**

**PREVENÇÃO AO USO E ABUSO DE DROGAS ILICITAS POR CRIANÇAS E
ADOLESCENTES NO AMBIENTE ESCOLAR**

**São Domingos - SE
Novembro de 2015**

**RICARDO JESUS DOS SANTOS
ROBERTO CARLOS DA SILVA**

**PREVENÇÃO AO USO E ABUSO DE DROGAS ILICITAS POR CRIANÇAS E
ADOLESCENTES NO AMBIENTE ESCOLAR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado em forma de Plano de Intervenção em cumprimento a uma das exigências para obtenção do título de especialista no Curso de Especialização em Direitos Infante-Juvenis no Ambiente Escolar (Escola que Protege).

Eixo temático: Violência, drogas e evasão escolar.

Professor Orientador: MS. Washington dos Santos Oliveira.

**São Domingos – SE
Novembro de 2015**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Santos, Ricardo Jesus dos, 2015.

Prevenção ao uso e abuso de drogas ilícitas por crianças e adolescentes no ambiente escolar / Ricardo Jesus dos Santos, Roberto Carlos da Silva. – 2015. 53 f. : 30 cm.

Orientador: Prof . Ms. Washington dos Santos Oliveira.

Plano de Intervenção / Monografia (lato sensu) – Universidade Federal de Sergipe / Centro Superior de Educação a Distância. Eixo temático: Violência, drogas e evasão escolar, 2015.

1. Prevenção. 2. Uso de Drogas. 3. Escola. 4. Família. 5. Adolescentes I. Oliveira, Washington. II. Prevenção ao uso e abuso de drogas ilícitas por crianças e adolescentes no ambiente escolar.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA- CESAD
REDE NACIONAL DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO
AMBIENTE ESCOLAR "ESCOLA QUE PROTEGE".



COMISSÃO JULGADORA

Plano de Intervenção dos/as discentes Ricardo Jesus dos Santos e Roberto Carlos da Silva sob o título "Prevenção ao uso e abuso de drogas ilícitas por criança e adolescente no ambiente escolar", defendido e aprovado em 28 de novembro de 2015 pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

Washington Santos Oliveira

Prof. MS. Washington Santos Oliveira
Presidente

Adriane Alvaro Damascena

Prof.ª. Dr.ª. Adriane Alvaro Damascena
Membro Titular

Flávia Priscila Souza Tenório

Prof. MSc. Flávia Priscila Souza Tenório
Membro Titular

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos que fazem a política de educação do Município de Itaporanga D'Ajuda, em especial, aos que compõem as Escolas Municipais: Vereador Genésio Santana e Nicola Mandarino, no Povoado Nova Descoberta.

Ao nosso orientador e mestre Washington dos Santos Oliveira, que acreditou em nosso potencial e não desistiu dos seus orientandos.

E a todos os profissionais e mestres do Curso de Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar (Escola Que Protege) da Universidade Federal de Sergipe.

Nosso muito Obrigado!

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.

Paulo Freire

RESUMO

A partir de uma revisão da literatura, observação não estruturada, e considerando as temáticas desenvolvidas e discutidas no curso de especialização sobre direitos infanto-juvenis no ambiente escolar propôs-se a realização de um projeto de Intervenção. A proposta tem como objetivo realização de eventos na comunidade, a partir das escolas municipais Vereador Genésio Santana e Nicola Mandarino, localizadas no Povoado Nova Descoberta, no município de Itaporanga D'Ajuda/SE, favorecendo o conhecimento científico sobre as substâncias psicoativas encontradas nas drogas ilícitas e seus efeitos para os usuários e sua família, fazendo desta forma um trabalho preventivo através da disseminação do conhecimento.

Palavras-chaves: Prevenção, uso de drogas, escola, família e adolescentes

ABSTRACT

From a literature review, unstructured observation, and considering the subjects developed and discussed in the specialization course on children and youth rights in the school environment proposed to carry out a project intervention. The proposal aims to hold events in the community, from the public schools Councilman Vereador Genésio Santana e Nicola Mandarino, located in the Nova Descoberta Village in the municipality of Itaporanga D'Ajuda/ SE, favoring the scientific knowledge of the psychoactive substances found in drugs illegal and its effects on users and their families, making this way a preventive work through the dissemination of knowledge.

Key words: Prevention, drug use, school, family and adolescents

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO	12
CAPÍTULO 2: DIAGNÓSTICO	24
CAPÍTULO 3: PLANO DE INTERVENÇÃO.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
BIBLIOGRAFIA	49
ANEXO	52

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi idealizado a partir dos estudos realizados no Curso de Direitos Infanto-juvenis no ambiente escolar (Escola que Protege), ofertado pela Universidade Federal de Sergipe, através do Centro de Educação Superior a Distância – CESAD.

O aparato teórico que foi desenvolvido durante o Curso de Especialização sobre Direitos Infanto Juvenis no ambiente escolar (Escola que Protege) trouxe luzes à reflexão sobre a problemática do uso de drogas ilícitas no ambiente escolar, que hoje é um fator frequente no cotidiano das escolas, mais especificamente, das escolas públicas.

O aumento exponencial da violência nas comunidades e o alto consumo de drogas ilícitas e entorpecentes pelos jovens, principalmente no ambiente escolar, têm sido constatados frequentemente na realidade social e apresentados nas estatísticas oficiais (boletins de ocorrências policiais, IBGE); isso também tem sido noticiado pelos meios de comunicação (rádio, Televisão, jornais escritos, sites de internet, revistas). Não raras vezes, esses temas vêm causando certa comoção social, não somente na população sergipana, mas também nas populações das demais unidades federativas do país.

Neste sentido, tornou-se um fator preocupante e merecedor de cuidados por parte das pessoas e das autoridades legalmente constituídas, o que tem provocado inúmeros debates, tanto no que diz respeito à questão da maioria penal, como aquelas relacionadas à efetivação de medidas protetivas em prol das crianças e adolescentes.

Nesta perspectiva, a escola enquanto espaço da comunidade local e também instituição social que favorece o conhecimento, o diálogo e o debate das problemáticas sociais, se torna um terreno fértil para a construção de opiniões e formação de visão de mundo, favorecendo também a construção de habilidades, atitudes e valores sociais. Assim, se constitui o espaço ideal para o debate e esclarecimento de problemas, especialmente aquelas que atingem a comunidade de forma imediata, como a garantia dos direitos sociais, e que se pode contar com a

parceria desta população, tanto em nível de discussão e discernimento na tomada de decisão quanto na prevenção e amenização do problema.

Considerando isso, pensamos que a escola pode torna-se um espaço relevante para a realização de projetos que se proponha a mudar a realidade de maior parte desta juventude. O “**Projeto prevenção ao uso e abuso de drogas ilícitas por crianças e adolescentes no ambiente escolar**”, criado por nós, acredita que é possível propor transformações no ambiente escolar, através da disseminação dos conhecimentos e ideias a respeito das drogas ilícitas e suas consequências atenuantes para as crianças e adolescentes, bem como na discussão dos meios de prevenção, com os próprios atores sociais, os alunos e seus familiares.

O Projeto supracitado está estruturado com ações que serão realizadas envolvendo os diferentes atores escolares (alunos, pais de alunos, professores, gestores escolares) que participarão ativamente das estratégias propostas conforme serão especificadas no Capítulo que trata do plano de intervenção e que será desenvolvido nas duas unidades escolares seguintes: Escola Municipal Nicola Mandarino e Escola Municipal Vereador Genésio Santana, ambas localizadas no Povoado Nova Descoberta, no Município de Itaporanga D’Ajuda-SE.

O povoado Nova Descoberta, no município de Itaporanga D’Ajuda/SE, é uma comunidade com cerca de dois mil habitantes. Nele se concentra duas escolas de médio porte que trabalham com ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos, que além de absorver a matrícula de jovens e adolescentes residentes na localidade, recebem também matrículas de outros alunos provenientes de povoados circunvizinhos tais como: Caueira, Assentamento Dorcelina Folador, Colônia Tejupeba, Rio Fundo do Arame, Ilha Mén de Sá, Costa e Saco.

A partir dos documentos apresentados pelas escolas da pesquisa, apontou que nestes últimos anos a comunidade local tem reclamado e pedido providências às autoridades executivas e policiais para os problemas da constante violência e uso de drogas que afeta de forma assustadora a comunidade. Nesta perspectiva, idealizou-se o presente projeto intitulado “**Prevenção ao uso e abuso de drogas ilícitas por crianças e adolescentes no ambiente escolar**”, visando discutir a problemática com os diversos atores escolares através de palestras, workshop, mesa redonda que

conseqüentemente irá sensibilizar a comunidade a respeito dos males causados as crianças e adolescentes pelo uso de drogas ilícitas e discutir as formas de prevenção.

O projeto pretende alcançar crianças e adolescentes que cursam do 6º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos e que estejam matriculados nas seguintes escolas: Escola Municipal Vereador Genésio Santana e Escola Municipal Nicola Mandarino, ambas localizadas nesta comunidade. Além dos alunos, serão público alvo das ações deste projeto os pais ou responsáveis, os professores e funcionários que trabalham nas escolas, além de outras pessoas que residem na comunidade ou que residam em outras comunidades e tenham filhos matriculados nestas unidades de ensino.

Portanto, será um projeto que fará uma intervenção na realidade na medida em que discutirá um problema que os incomodam neste momento – o aumento do consumo de drogas ilícitas por jovens e adolescentes - que conseqüentemente traz em seu bojo o aumento da violência manifestada em furtos, latrocínios, arrombamentos, assaltos, agressões e mortes, muito frequentes hoje na comunidade.

O trabalho foi embasado e planejado levando em consideração a possibilidade de levar conhecimento, discutir com a comunidade o problema e criar habilidades e valores capazes de sensibilizar os jovens e adolescentes sobre as drogas ilícitas, o uso e suas conseqüências, formando atitudes de prevenção.

O referido trabalho utilizou-se metodologicamente a análise documental e a observação não estruturada.

Nesta perspectiva, objetiva-se com o projeto, de forma geral, promover ações reflexivas e informativas sobre o uso de drogas ilícitas por crianças e adolescentes e as conseqüências para sua saúde, família e sociedade.

E especificamente, objetiva-se:

1. Mobilizar a comunidade, através de estratégias participativas, para a discussão sobre o uso e abuso de drogas ilícitas por crianças e adolescentes.
2. Apresentar as crianças e adolescentes conhecimentos científicos que favorecem o reconhecimento dos tipos de drogas e a formação de atitudes de resistência às influências que poderão estimulá-los ao uso;

3. Fornecer informações, através de eventos e materiais, sobre os principais tipos de drogas e seus riscos;
4. Estimular a formação de um Conselho Municipal de políticas sobre as drogas a partir das demandas da comunidade local.

CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO

A sociedade reclama providencias junto às autoridades públicas (executivas, judiciais e policiais) sobre a crescente violência e uso de drogas ilícitas por crianças e adolescentes, exigindo melhor segurança para os cidadãos, como também políticas públicas de cunho preventivo e protetivo.

Assim, a melhor maneira de se conseguir que o jovem entenda a mensagem antidrogas é pôr a cargo das comunidades, através de parcerias com os entes públicos municipais e estaduais, as atuações de prevenção contra as drogas, desenvolvendo projetos de intervenção, especialmente, no ambiente escolar.

Nesta perspectiva, cabe a cada ente público, através de suas entidades específicas (Conselho Municipal de saúde sobre as drogas, CRAS, Secretaria de Ação Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, entre outras) onde a juventude está inserida, a busca do resgate ético da dívida criada pelas gerações anteriores, que permitiram sua vulnerabilidade às drogas.

Desta forma, há necessidade de se planejar e executar ações junto à comunidade visando discutir as questões relacionadas às drogas ilícitas e seu uso, informar as pessoas sobre a prevenção e dar subsídios para torná-las menos vulneráveis diante do problema e seu enfrentamento.

Para o enfrentamento das questões das drogas são necessárias efetivas políticas tanto no sentido do controle e redução da oferta de substâncias quanto para as ações de redução de demanda. Neste sentido, existem políticas que foram instituídas pelo governo federal, como por exemplo, o Programa Saúde na Escola (PSE) foi instituído pelo Decreto n. 6286, de 5 de dezembro de 2007, que afirma em seu artigo 1º

Fica instituído, no âmbito dos Ministérios da Educação e da Saúde, o Programa Saúde na Escola (PSE), com finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007).

A promoção de saúde na escola engloba a prevenção do uso de drogas e caminha em direção a um bem-estar global, individual e coletivo. Assim, diferentes ações têm sido tomadas como forma de combater ao uso de drogas, e neste contexto,

a escola tem um papel relevante, principalmente por oportunizar a realização de um trabalho em parceria com a família, podendo contar também com a parceria de Profissionais de Equipe de Saúde, Comunidade de Bairro e Igrejas, entre outros.

A proposta do programa “saúde na escola” tem como principal objetivo promover o conhecimento e ajudar na prevenção de uso de drogas, sensibilizando os jovens e adolescentes, pais e educadores, unindo toda a comunidade, para discutir o assunto de forma reflexiva.

No entanto, existe um descompasso entre as ações do Programa Saúde na Escola, que nem sempre tem realização concreta por falta de verbas para sua operacionalização, ou então são realizados nas escolas situadas na sede dos municípios em detrimento das escolas localizadas na zona rural, e o avanço do uso abusivo de drogas por parte de jovens e adolescentes, carecendo, portanto, de serem trabalhadas ações educadoras mais efetivas em todas as comunidades.

Assim, além dos programas instituídos pelo governo como o “Saúde na Escola”, é possível serem realizadas ações complementares e pontuais envolvendo toda a comunidade, através de instituições da própria comunidade, como por exemplo, a escola, objetivando levar conhecimento, discutir os problemas locais e fortalecê-los para o enfrentamento das questões. É neste sentido que se propôs o presente projeto de intervenção.

A preocupação com o consumo de substâncias psicoativas vem aumentando, principalmente quando se pensa em crianças e adolescentes, e mais especificamente, a discussão sobre estratégias possíveis para o enfrentamento dos problemas decorrentes do uso e comercialização (tráfico), aliadas a ações preventivas, têm sido fomentadas no âmbito do governo e da sociedade, especialmente, no ambiente escolar.

Durante muito tempo, a abordagem do tema drogas foi considerada tabu nas escolas brasileiras. As poucas ações existentes eram focadas no modelo do amedrontamento e havia a crença de que somente especialistas na área poderiam propor estratégias preventivas para este contexto. Todavia, à medida que as políticas públicas iam avançando e sendo consolidadas no país, inúmeras mudanças na visão sobre o consumo e os usuários de drogas foram introduzidas e levadas a discussão (SENAD, 2014).

Neste contexto, foi inaugurado um debate mais pragmático sobre a temática, na sociedade brasileira, pautando-a como uma questão social complexa que demanda intervenções, não apenas de segurança pública, mas também preventivas e de cuidado com o usuário, a partir da perspectiva da intersetorialidade. Passou-se de um modelo focado unicamente na repressão do uso para um modelo que privilegia ações de saúde e educacionais preventivas em geral.

Neste novo cenário, a escola passou a ser considerado um espaço propício para a realização de atividades de prevenção do uso de drogas, tendo em vista que as unidades escolares estão inseridas em contextos e comunidades específicos, que possuem suas peculiaridades históricas, culturais e locais. Além disso, a tese de que a prevenção não é uma prerrogativa apenas dos especialistas, pois todos nós, cidadãos, somos aptos a realizar ações preventivas, principalmente, em parceria com a comunidade.

Assim sendo, se faz necessário refletir e colocar em prática algumas ações que levem os jovens e adolescentes a constituição de uma consciência crítica sobre o uso e manuseio de drogas, de forma que os tornem mais fortes e menos vulneráveis à ação de pessoas que incitam e incentivam a sua participação, desde cedo, nesta atividade ilícita aproveitando-se de uma característica que é peculiar a esta faixa-etária: a vulnerabilidade.

Por isso, a discussão sobre a questão do uso de drogas entre crianças e adolescente deve partir da compreensão desta fase do desenvolvimento humano, para que se possa entender por que a exposição de drogas ilícitas é considerada uma das vulnerabilidades próprias deste período.

É na adolescência que ocorre inúmeras mudanças no organismo e comportamento do ser humano, especialmente, no crescimento do organismo e mudanças físicas (alteração de tamanho, refinamento de movimentos e aquisição de habilidades), como também traços de personalidade (procura de referências, aprendizagem de valores, experimentação de desejos). Daí, aos poucos, enquanto ser humano, vamos criando nossas identidades, nos reconhecendo como pessoas autônomas, e, concomitantemente se agindo diante dos desafios colocados, na maioria das vezes se sentindo fragilizados diante destas transformações, de sorte que a vulnerabilidade é uma característica peculiar nesta fase de nossas vidas.

Neste sentido, para Cavalcante,

A adolescência é uma fase marcada por grandes descobertas e instabilidade emocional, período no qual é consubstanciada a personalidade. Essa fase não pode ser reduzida a uma simples faixa etária, pois trata-se da transformação para a vida adulta e, portanto, de fase de decisões biológicas, sociais e, principalmente, psicológicas para toda a vida. Os adolescentes vivem uma constante busca para encontrar sua real personalidade, manifestando comportamentos extremos e, em determinados momentos, mostram-se negligentes com os cuidados à saúde, (CAVALCANTE, 2008, p. 34).

Na interação que a criança e o adolescente mantem com o grupo social que o circunda é que constitui traços de personalidade, valores, costumes. No entanto, não se pode responsabilizar o grupo social pela pessoa que nos tornamos, pois somos sujeitos de nosso desenvolvimento, embora seja a partir das relações sociais que mantemos que nos constituímos atores sociais e cidadãos de direitos e obrigações. Mas esta dependência do meio social e a fragilidade peculiar desta fase de desenvolvimento que remete a vulnerabilidade.

Conforme afirma Sierra,

A definição sobre vulnerabilidade remete à ideia de fragilidade e de dependência, que se conecta à situação de crianças e adolescentes, principalmente os de menor nível socioeconômico. Devido à fragilidade e dependência dos mais velhos, esse público torna-se muito submisso ao ambiente físico e social em que se encontra. Em determinadas situações, o estado de vulnerabilidade pode afetar a saúde, mesmo na ausência de doença, mas com o abalo do estado psicológico, social ou mental das crianças e dos adolescentes (SIERRA, 2006, p. 12).

Nesta perspectiva, é importante para o desenvolvimento na infância e adolescência o pertencimento a grupos sociais, mas, no entanto, as influências que cada um recebe dos grupos são matérias primas essenciais para formação da personalidade da pessoa e superação de suas vulnerabilidades.

Para Berthoud (2007), nesta fase de desenvolvimento, o adolescente encontra-se frente a uma série de mudanças: a separação progressiva dos pais, a construção da sua identidade, o luto pelo corpo infantil, a busca de novas identificações para além da família, entre outras. Nesse cenário podem surgir dificuldades tanto para o adolescente quanto para seus pais e pessoas de seus contextos de desenvolvimento próximo.

Dentre os fatores de influência na formação do jovem adolescente está a família e sua estrutura social. Dessa forma, como o contexto familiar pode servir como fator de risco e de proteção, conforme afirma Cervený (2002),

a família pode ser considerada o sistema mais importante na vida dos indivíduos. É exatamente no núcleo familiar que a criança e o adolescente aprendem as primeiras manifestações de suas vidas: falar, ouvir, respeitar o outro e reconhecer limites e possibilidades de agir diante dos desafios que são colocados (CERVENÝ, 2002, p. 23).

Já Schiffer (2005), afirma que a família possui o papel de ser fonte de segurança, afeto, proteção e bem-estar, funções as quais nem sempre consegue cumprir com todas as crianças, em todas as situações. Neste sentido, ele aponta os variados fatores que limitam a ação dos pais em seus papéis, como os fatores culturais (ignorância, educação escolar, religião, privação de bens culturais, etc.), fatores econômicos (renda familiar, limitação a posse de bens e acesso a serviços), fatores sociais (local de moradia, status, pertencimento a determinados grupos) e afetivos emocionais (afetividade, sentimentos, stress, agressividade, etc.).

Corroborando com essa ideia Weber (2007), explicita que a família pode também constituir-se um fator de risco para a formação da criança e do adolescente, principalmente quando esta família não cumpre o seu papel de proteção, cuidando dos seus filhos, dando amor e limites.

Portanto, a literatura indica que a família tanto pode se constituir em um fator de proteção e apoio para as jovens e adolescentes, como um fator de risco, que contribui para a ocorrência de maior vulnerabilidade às drogas como para a obtenção de piores resultados, em termos de desenvolvimento destes jovens em pleno desenvolvimento.

Mas, o que é família? Como definir uma composição familiar? A definição de família permanece inalterada com o decorrer do tempo?

Segundo a Organização Mundial de Saúde (1994),

O conceito de família não pode ser limitado a laços de sangue, casamento, parceria sexual ou adoção. Qualquer grupo cujas ligações sejam baseadas em confiança, suporte mútuo e um destino comum deve ser encarado como família, ou seja, a família é o grupo social com o qual contamos (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 1994).

Neste sentido, vale ressaltar que o próprio conceito de o que é família se modifica com o passar do tempo. Assim, a composição da família, ou seja, quem faz parte dela, não é o mais importante, mas sim a qualidade das relações sociais e afetivas entre seus componentes.

Assim, a família, independentemente de sua estrutura, de sua organização no contexto atual: um só membro (pai, mãe, avó, tia, etc.), ou ainda com vários membros, com ou sem ligação sanguínea, ainda deve ser considerada a organização social mais forte e influenciável na vida dos jovens, refletindo seus valores, seus costumes e suas ações na vida e formação do adolescente, não podendo ser, portanto, um fator de risco para a juventude.

Mas, quando a família seria um fator de risco? O que seria fator de risco? Para Morais (2009),

os fatores de risco são condições ou variáveis que estão associadas a uma alta probabilidade de ocorrência de resultados negativos ou indesejáveis no desenvolvimento do adolescente que podem comprometer a saúde, bem-estar ou *performance* social do indivíduo (MORAIS, 2009, p. 26).

Assim, quando a família não cuida bem do adolescente orientando a sua ação, discutindo e esclarecendo problemas que emergem como dúvidas, mantendo bom diálogo e comunicação, como também mostrando os limites e possibilidades deste no contexto em que vive, o torna mais vulnerável as influências negativas para sua vida e desenvolvimento.

Dentre os fatores de risco apontados na literatura sobre a temática destaca-se aqueles relacionados as características individuais: sexo, fatores genéticos, habilidades sociais, intelectuais e características psicológicas e ambientais: baixo nível socioeconômico, eventos de vida estressantes, características familiares e ausência de apoio social, entre outros, (Koller,2009).

Já os fatores de proteção são compreendidos como condições ou variáveis que diminuem os fatores de risco, isto é, modificam, melhoram ou alteram a resposta do indivíduo a ambientes hostis os quais predispõem as consequências mal adaptativas (HUTZ, 2009). Destacam-se neste aspecto as características individuais da criança e do adolescente (autoestima, autonomia) e características familiares, tais como a afetividade, ausência de negligência. Também o apoio institucional, tal como o proporcionado, em certas situações, pela escola é considerado fator de proteção.

Segundo Moraes (2009), os fatores de proteção explicam como diferentes indivíduos, submetidos às mesmas condições adversas, alcançam resultados diferentes no desenvolvimento.

No entanto, a família é apenas um dos fatores que pode servir de risco como também de proteção envolvidos no fenômeno. Assim, devem ser considerados outros fatores que podem potencializar os riscos ou aumentar as situações de proteção. Compreende-se que a análise mais detida em um fator pode ampliar o conhecimento sobre o tema, desde que não seja esquecido que os fenômenos analisados são complexos e multifatoriais (TEIXEIRA, 2010).

Assim, elegeu-se outro fator para discussão, neste trabalho, considerado como outro expoente no desenvolvimento social da criança e do adolescente – a escola – colocando suas múltiplas faces que irão influenciar a formação destes indivíduos.

A escola é um dos grupos de socialização em que o indivíduo vivencia grande parte de seu tempo na infância e adolescência. Neste espaço de troca de experiências, informações, conhecimentos sistematizados, valores e interações que os jovens aperfeiçoam seus horizontes de saberes tornando-se cada vez mais autônomos e independentes em termos intelectuais.

No entanto, neste espaço escolar poderá ocorrer o encontro com outras pessoas ou grupos que poderão desvirtuar a conduta do adolescente, levando-os para caminhos que poderão prejudicá-los enquanto sujeitos em construção de identidade, como por exemplo, incentivando ao consumo e comercialização de drogas e entorpecentes, trazendo assim, riscos inerentes a estes jovens.

Assim, os diversos atores escolares (gestores, professores, pais e responsáveis) necessitam estar atentos ao comportamento destes jovens, especialmente, no que se refere a aproximação destes com usuários e traficantes, para que os mesmos não sejam influenciados e levados para fazer parte deste mundo perverso das drogas.

De acordo com o Estatuto da criança e do adolescente, ora em vigor no Brasil, a escola tem o papel de participar do preparo para o exercício da cidadania. Neste sentido, essa instituição não poderá se resumir ao mero papel de passar conteúdos escolares, mas acima de tudo trabalhar o convívio social em todos os seus aspectos, assim contribuindo para o desenvolvimento saudável dos educandos.

Para tanto, a escola deverá permanecer sintonizada com tudo que acontece ao se redor, intervindo quando necessário e subsidiando os educandos na construção de um saber crítico, democrático e criativo.

Neste sentido, é indispensável é necessário que haja regras claras e conhecidas pelos alunos para que haja uma convivência respeitosa e democrática, devendo a escola fazer cumprir tais regras. Assim, as crianças e adolescentes não poderão fazer o que quiserem, como muitos pensam que podem, tendo em vista o não conhecimento do regimento escolar e do próprio estatuto da criança e do adolescente, que são duas normas legais importantes no disciplinamento da convivência coletiva no interior da escola.

A publicidade e o debate sobre estes instrumentos normativos do ambiente escolar e familiar devem ser largamente realizados, formando assim uma consciência coletiva e contribuindo para uma cultura de paz e respeito aos outros e a construção de conhecimentos e habilidades necessários a vida cidadã, dessa forma, contribuindo para a redução de riscos ao consumo de drogas psicoativas por crianças e adolescentes no ambiente escolar e também fora dele.

Dessa forma, a escola deverá assumir a postura de redução de riscos e danos, levando sempre em consideração que o trabalho de prevenção do uso de drogas não é direcionar autoritariamente os comportamentos, mas, basicamente, auxiliar as pessoas a desenvolverem sua capacidade de decisão para fazerem escolhas que favoreçam o exercício da liberdade com responsabilidade para uma vida prospera, saudável e segura.

No contexto social atual se faz necessário aprender a conviver com a existência de drogas, sejam elas legalizadas (álcool, tabaco, remédios) ou ilegais (maconha, crack, cocaína, etc.), já que cresce exponencialmente o universo de usuários e traficantes, mas principalmente envolvendo crianças e adolescentes em seu consumo e comercialização. E, nesta realidade, saber como e por que fazer escolhas que impliquem no menor risco possível de danos à saúde, à convivência social e à integridade das pessoas.

Talvez se a escola, em parceria com as famílias, busque alternativas de discussão e orientação aos adolescentes, estimulando estes a consciência crítica dos risco e danos causados pelas drogas, minimizem amplamente a violência, que ora

desaponta em todos os segmentos sociais, manifestadas através de ações como furtos, assaltos, assassinatos, estupros e demais formas perversas de violência, que vem sendo noticiado na mídia de forma instantânea, e crescendo de forma assustadora no seio da sociedade.

O crescente número de prática de atos infracionais manifestadas por crianças e adolescentes na sociedade, na maioria das vezes, tem uma estreita relação com as drogas, conforme apontam estudos científicos (relatório mundial da ONU sobre drogas, 2009).

A estreita relação entre uso de drogas e violência se tornou hoje uma preocupação mundial. As Nações Unidas, através de seu órgão gestor, a ONU, tem se manifestado em relação ao assunto. Uma de suas preocupações é o fato de que o controle sobre o tráfico de drogas tem gerado um mercado ilícito com proporções macroeconômicas consideráveis que também fazem uso de violência e corrupção, como também a sua liberação legal por alguns países já que o consumo representa riscos à saúde humana e poderia se transformar em uma epidemia (relatório 2009, ONU).

O documento explicita também que os governos e a sociedade não devem fazer uma escolha entre a saúde pública e a segurança pública, pois os dois aspectos são fundamentais. A saída estaria em ter medidas mais fortes em relação à criminalidade e destinar mais recursos para a prevenção e o tratamento ao uso de drogas – que comprovadamente funcione.

Dentre as alternativas de enfrentamento são propostas neste relatório da ONU quatro frentes de atuação para o problema das drogas:

O uso de drogas deveria ser considerado uma doença, não como um crime, já que os usuários necessitam de ajuda médica e a medida ajudaria a reduzir consideravelmente a demanda;

É preciso pôr um fim à falta de controle nas cidades. Ações públicas que melhore a habitação, os empregos, a educação, os serviços públicos e o lazer podem tornar as comunidades menos vulneráveis às drogas e ao crime; Os governos deveriam fazer acordos internacionais contra o crime organizado e a corrupção e usar os instrumentos que já existem nesse sentido; e

Aumentar a eficiência de aplicação da lei e focar no pequeno número de casos em que há grande volume de drogas envolvido, ou crimes violentos (RELATÓRIO ONU, 2009, p. 45).

No Brasil, a legislação tem avançado bastante no que se refere a repressão ao tráfico e uso de drogas ilícitas (Constituição de 1988, Lei do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), Reforma no Código Penal), no entanto, estas medidas não foram capazes de reter o avanço destas práticas ilícitas, inclusive com o envolvimento de crianças e adolescentes.

Com a entrada em vigor da Carta Magna de 1988 foi determinado que o tráfico de drogas é crime inafiançável e sem anistia. Em seguida foi promulgada a Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072/90) proibiu o indulto e a liberdade provisória e dobrou os prazos processuais, com o objetivo de aumentar a duração da prisão provisória. Posteriormente publicou-se a Lei de Drogas (Lei 11.343/06) que eliminou a pena de prisão para o usuário e o dependente, ou seja, para aquele que tem droga ou a planta para consumo pessoal. Esta legislação também passou a distinguir o traficante profissional do eventual, que trafica pela necessidade de obter a droga para consumo próprio e que passou a ter direito a uma sensível redução de pena.

Esta política de combate ao tráfico, adotado pelo Brasil, não é a tendência mundial, muito porque boa parte dos países citados se deram conta de que repressão não pôs fim ou sequer reduziu o comércio e o consumo das substâncias ilícitas. Pelo contrário, foram observados o aumento do comércio e do consumo, superpopulação carcerária e explosão da criminalidade. Diante destes fatos fica evidente que o combate ao tráfico de drogas voltado única e exclusivamente para a repressão não é a medida mais acertada.

Devemos, ao invés de adotarmos a política de guerra contra as drogas, encontrar alternativas mais sensatas para reduzirmos os números de usuários e educarmos as novas gerações para impedir que se juntem às legiões já existentes.

Neste sentido, foi promulgado de forma acertada a legislação que estabelece medidas protetivas para as crianças e adolescentes brasileiros, desde 1990, o Estatuto da criança e do adolescente, que define o envolvimento de crianças e adolescentes com entorpecentes como ato infracional, devendo estes responderem, independentemente da idade que tenham, pelos seus atos de acordo com o estatuto.

Assim, para que seja definida a medida mais adequada ao infrator, deverá ser considerado sua idade e a gravidade do ato, sem, no entanto, deixar que estes

cresçam e se desenvolvam achando que podem desrespeitar os outros e as regras de convivência social (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA, 1990).

No entanto, o ECA preconiza um tratamento especial para cuidar dos atos infracionais cometidos por crianças ou adolescentes, envolvendo vários atores sociais, como por exemplo, O Conselho Tutelar, a família, a delegacia de polícia (infração por adolescentes), a promotoria de justiça e o juiz de direito. Ainda será nomeado um advogado para defendê-lo, resultando assim na aplicação de medida socioeducativa, que dependerá da gravidade do fato, conforme especificado na legislação.

Definidas as medidas socioeducativas entra em cena o Sistema Nacional de atendimento socioeducativo – SINASE (Lei 12.594/12). A atuação do SINASE busca principalmente trabalhar a responsabilização dos adolescentes com relação as consequências lesivas do ato cometido e estabelecer com eles e a família os planos individuais de atendimento para guiar o trabalho a ser realizado.

Nesta perspectiva, os pais também serão envolvidos na medida em que não demonstrarem cuidar do desenvolvimento do adolescente sem a prática do ato infracional. Estes poderão ser encaminhados a programas de auxílio e orientação as famílias.

Portanto, o ECA é uma legislação que cuida da proteção à criança e ao adolescente, sem, no entanto, deixá-los impunes diante da prática de atos infracionais. Talvez por cuidar da proteção das crianças e adolescentes e não trabalhar exclusivamente com medidas repressivas, tenha sido mal interpretado socialmente. No entanto, o que precisa na prática é ser aplicado devidamente para que surta seus efeitos legais.

Conforme consta no documento Plano Nacional de Diretrizes e Eixos operativos para o SINASE de 2013, o envolvimento com entorpecentes é o ato infracional que mais envolve as crianças e adolescentes, alcançando 64,7% do total, se considerados a somatória de roubos e tráfico, considerando que os furtos têm como motivador principal a obtenção a obtenção de recursos para o uso de drogas.

Mas é preciso refletir sobre a questão do uso de entorpecentes por crianças e adolescentes que deve ser encarado como um problema de saúde pública e não

apenas como um ato infracional. Só se caracteriza ato infracional quando envolve o tráfico, que é a venda comprovada de entorpecentes.

Mesmo sendo caracterizado o tráfico, a melhor maneira de cuidar não será a repressão, pois a mesma não tem apresentado grandes resultados, pois os adolescentes envolvidos são substituídos e tem suas vidas marcadas por passagens em instituições especializadas, podendo sair até mesmo pior do que entrou, com novas estratégias para o mundo do crime, já que na ausência de políticas públicas que promovam a reeducação social, na maioria das vezes retornam a sociedade, mais especializados no crime, pela própria troca de experiências com outros internos.

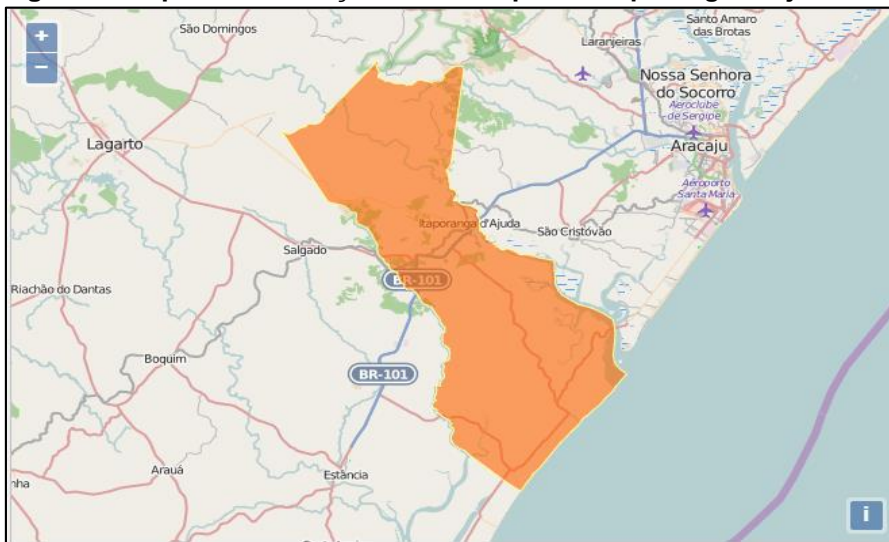
Portanto, cabe a cada ator social, cuidar da educação das crianças e adolescentes, trazendo-lhes informações necessárias e precisas a respeito das dos entorpecentes e suas consequências, para que forme consciência crítica nos jovens e se tronem mais fortes e resistentes ao uso de drogas.

Se a educação é capaz de transformar as pessoas, torná-las mais politizadas, mais críticas e autônomas nas suas preferencias e escolhas, então se optou pelo seu viés para a proposta do projeto de intervenção focando o tema.

CAPÍTULO 2: DIAGNÓSTICO

O município de Itaporanga D’Ajuda-SE, localiza-se há 30 km da capital sergipana (Aracaju). A sede do município está situada as margens da BR 101, com fácil acesso, o que a torna cidade dormitório, como as demais cidades que fazem parte da grande Aracaju.

Figura 1: mapa de localização do Município de Itaporanga D’Ajuda-SE



Fonte: IBGE, 2014

O fluxo de pessoas no percurso entre a cidade, seus povoados e a capital sergipana é muito grande no dia a dia, graças à melhoria no sistema de transportes, o que ocasionou também o crescimento da população local nestes últimos anos. Conforme diagnóstico do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – Atlas Brasil:

Entre 2000 e 2010, a população de Itaporanga D’Ajuda cresceu a uma taxa média anual de 1,79%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 35,94% para 39,02%. Em 2010 viviam, no município, 30.419 pessoas. Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 2,54%. Na UF, esta taxa foi de 2,01%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 34,83% para 35,94%. (PNUD, 2015).

Dessa forma, a tabela abaixo apresenta a População Total, por Gênero, Rural/Urbana, do município:

Tabela 01: População Total, por Gênero, Rural/Urba - Itaporanga D'Ajuda – SE

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	20.324	100,00	25.482	100,00	30.419	100,00
Homens	10.271	50,54	12.793	50,20	15.165	49,85
Mulheres	10.053	49,46	12.689	49,80	15.254	50,15
Urbana	7.078	34,83	9.159	35,94	11.869	39,02
Rural	13.246	65,17	16.323	64,06	18.550	60,98

Fonte: PNUD, Ipea e FJP¹

Outros dados referentes a população do município dizem respeito a faixa-etária dos seus moradores.

Tabela 02: Estrutura Etária da População - Itaporanga D'Ajuda - SE

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	8.915	43,86	9.465	37,14	9.053	29,76
15 a 64 anos	10.311	50,73	14.712	57,73	19.614	64,48
65 anos ou mais	1.098	5,40	1.305	5,12	1.752	5,76
Razão de dependência	97,11	-	73,21	-	55,09	-
Índice de envelhecimento	5,40	-	5,12	-	5,76	-

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.²

De acordo com dados do censo demográfico do IBGE (2010), estima-se para o município uma população de trinta e seis mil habitantes em 2015, sendo que o povoado Nova Descoberta (campo de aplicação do projeto) é um dos mais populosos do município, com cerca de dois mil habitantes. O povoado fica localizado na Rodovia Nicola Mandarino, que dar acesso à praia da Caueira, neste município.

¹ Informações disponível em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/5361 >. Acesso em 26 set. 2015.

² Ibidem. Acesso em 27 set. 2015.

O povoado conta com serviços de infraestrutura como pavimentação da maioria das ruas, serviço de água, energia elétrica e telefonia. No que diz respeito a estrutura de serviços ofertados pelo município existe dois prédios escolares de médio porte e um posto de saúde. A população conta ainda com um imóvel onde funciona a associação de moradores, que tem sido palco de encontros e reuniões. Além das instituições públicas existentes em sua estrutura, estão localizados no povoado uma fábrica de engarrafamento de água mineral, mercearias, supermercado, restaurantes e bares. Nas proximidades deste povoado (cerca de 4 km) localizam-se as fábricas dos grupos Maratá e PEPSICO-Mabel.

A população do povoado Nova Descoberta, do município de Itaporanga D'Ajudas/SE é constituída de 30% de pessoas que nasceram na localidade e 70% provenientes de outras localidades do próprio município ou de outras cidades e de outras unidades da federação. Há predominância de pessoas pardas (47%) e negras (33%), sendo os 20% restante brancos ou que não declararam a sua própria cor. A população é constituída de uma maioria de jovens, ou seja, cerca de 80% da população, sendo que apenas 23,5% desses jovens estão inseridos no mercado de trabalho formal. A maioria encontra-se trabalhando em atividades de subemprego ou estão desempregados (IBGE, 2010).

Quadro 01: População de crianças e adolescentes na faixa etária dos 10 aos 18 anos, do município de Itaporanga D'Ajudas/SE

Município = Itaporanga d'Ajudas - SE		
Sexo = Total		
Forma de declaração da idade = Total		
Idade = 10 a 14 anos + 15 anos + 16 anos + 17 anos + 18 anos		
Ano = 2010		
Situação do domicílio	Variável	
	População residente (Pessoas)	População residente (Percentual)
Urbana	2.147	7,06
Rural	3.872	12,73

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

A renda familiar é baixa, em média 1,5 salário mínimo, sendo a maioria assistida por programa de distribuição de renda do governo federal. Além do bolsa família existe um programa de distribuição de cesta básica pela prefeitura que atende a 140 famílias desta localidade.

O nível de escolaridade das pessoas é baixo, de acordo com os dados referentes as pessoas acima de 18 anos, constata-se que cerca de 33% tem ensino fundamental incompleto, 28,4% concluíram o ensino fundamental, 28% concluíram o ensino médio e somente 2% tem curso superior (IBGE, 2010).

As unidades escolares da localidade absorveram a totalidade de crianças e adolescentes em período de escolarização básica fundamental, sendo aqueles egressos do ensino fundamental, em sua maioria está indo cursar o ensino médio na sede do município. Nestas escolas locais também são matriculados alunos provenientes de povoados vizinhos que fazem a complementação do ensino fundamental (6º a 9º ano), conforme relatório de matrícula SEMEDI (2015).

As Unidades escolares onde será desenvolvido o projeto ficam localizadas no núcleo central do povoado Nova Descoberta, no município de Itaporanga D'Ajuda, Estado de Sergipe, às margens da Rodovia Estadual Vicente Mandarin, com acesso no km 108 da BR 101, se alongando até as praias do Sul do Estado, em específico a praia da Caueira, neste município.

A imagem seguinte apresenta um panorama da referida rodovia, no trecho localizado entre as duas escolas.

Foto 1: Rodovia Estadual Umberto Mandarin onde se localizam as escolas



Fonte: SEMEDI – Secretaria Municipal de Educação de Itaporanga D'Ajuda

Foto 2: Rodovia Estadual Umberto Mandarino, trecho em frente a E. M. Nicola Mandarino



Fonte: autores do Trabalho

Apesar de ser uma via pública de trânsito intenso de veículos que fazem o tráfego entre os povoados para a sede do município, como também para as praias do Sul do Estado, tais como Paia da Caueira (Itaporanga D'Ajuda), Praia do Abaís e Praia do Saco (Estância), esta rodovia é utilizada para desenvolvimento de atividades escolares, principalmente àquelas relacionadas a prática de atividades físicas, como por exemplo o atletismo.

Nas imagens seguintes temos atividades práticas de atletismo, realizada na referida rodovia, na fase classificatória do Programa Atleta na Escola, do qual participaram as duas escolas municipais no ano letivo de 2014.

Foto 3: Prática de Atletismo na Rodovia



Fonte: SEMEDI – Secretaria Municipal de Educação de Itaporanga D’Ajuda

Foto 4: Espaço para práticas de esportes na E.M. Nicola Mandarino



Fonte: Autores do trabalho

Foto 5: A rodovia como suporte para prática de atividades esportivas



Fonte: SEMEDI – Secretaria Municipal de Educação de Itaporanga D’Ajuda

A iniciativa de realização dos treinamentos e práticas de atletismo na rodovia se deu a partir de consenso entre professores e equipes gestoras de ambas as escolas, haja vista o potencial de alguns alunos, de ambos os sexos, de participarem do programa Atleta na Escola, promovido pelo FNDE/MEC, no qual fizeram as inscrições. No entanto, em função da falta de estrutura das escolas para a realização das práticas esportivas em instalações próprias, resolveram interditar parte da rodovia para realização dos treinamentos³.

Em termos de infraestrutura no entorno das escolas onde será desenvolvido o projeto de intervenção, além da Rodovia Vicente Mandarino, que apresenta cobertura asfáltica em toda a sua extensão, temos a oferta de energia elétrica, através da uma das empresas fornecedoras no Estado de Sergipe. O fornecimento de água potável se dá através da Empresa Estadual de distribuição de água – DESO. Já o serviço de esgotamento sanitário é precário, não tendo rede pública de tratamento dos esgotos e resíduos, sendo os mesmos destinados a fossas sépticas, que não são devidamente

³ Relatório SEMEDI, 2014.

tratadas, sempre apresentam problemas como vazamentos e contaminação do solo e exalação de mau cheiro nos arredores. Estes problemas já foram objetos de denúncias no ministério público estadual, conforme informou a gestora da Escola Municipal Vereador Genésio Santana.

Foto 5: Conjunto de Sanitários acoplados a fossas sépticas



Fonte: Autores do trabalho

No interior do muro da escola existe uma área coberta por gramíneas, que sempre deve ser capinada tendo em vista que o crescimento da vegetação possibilita a criação de insetos e roedores como mosquitos e ratos que poderão afetar as dependências físicas da escola. É o que se apresenta na imagem seguinte.

Foto 6: Espaço externo da E. M. Ver. Genésio Santana



Fonte: Autores do Trabalho

No muro e na parede da frente destas unidades escolares houve a necessidade de gradeamento em função dos excessivos roubos e furtos que vem acontecendo, tanto contra os atores escolares (alunos, professores, pais e funcionários da escola), quanto com o próprio patrimônio da escola.

As imagens seguintes apresentam estes aspectos de isolamento através das grades de proteção, em ambas as escolas referidas.

Foto 8: Fachada da E.M. Ver. Genésio Santana



Fonte: SEMEDI – Secretaria Municipal de Educação de Itaporanga D’Ajuda

Foto 9: Fachada da E.M. Nicola Mandarino



Fonte: autores do trabalho

No que diz respeito a sua estrutura interna apresentam salas de aula com quadro de giz misto (verde, para uso de giz; branco, para uso de pincel atômico). As

salas apresentam boa areação, mas algumas têm ventiladores para melhorar a circulação do ar nos dias de muito calor. A iluminação natural é boa, mas todas estão equipadas com lâmpadas fluorescentes para uso quando necessário. A infraestrutura elétrica é precária, não oferece pontos de energia necessários ao uso de tecnologias como por exemplo, computadores. O mobiliário encontra-se em bom estado de conservação, mas não apresenta o requisito de conforto. Estes aspectos poderão ser visualizados nas figuras seguintes apresentadas.

Foto 10: Interior de sala de aula da E. M. Nicola Mandarinó



Fonte: autores do trabalho.

Foto 11: Interior de sala de aula da E. M. Ver. Genésio Santana



Fonte: SEMEDI – Secretaria Municipal de Educação de Itaporanga D’Ajuda.

As escolas não dispõem de bibliotecas, ambas têm apenas uma pequena sala de leitura com estantes onde estão armazenados livros didáticos e livros de literatura infanto-juvenil que servem de apoio didático aos estudantes e professores na elaboração de suas tarefas escolares.

A escola Municipal Nicola Mandarino dispunha de um minilaboratório de informática com seis computadores, uma impressora e um scanner, que mal foram instalados, foram furtados, conforme documentos constantes na escola (nota fiscal e Boletim de Ocorrência Policial) constatando os fatos. Já a Escola Municipal Vereador Genésio Santana tem um minilaboratório de informática, com quatro computadores, interligado em rede de internet, muito utilizado pelos alunos.

Foto 12: Sala de leitura da E. M. Nicola Mandarino



Fonte: SEMEDI – Secretaria Municipal de Educação de Itaporanga D’Ajuda

Foto 13: sala de informática da E.M. Ver Genésio Santana



Fonte: SEMEDI – Secretaria Municipal de Educação de Itaporanga D’Ajuda

A área interna descoberta, que fica entre os blocos de salas é utilizada para a prática de atividades de educação física e recreação dos alunos, já que as unidades escolares não dispõem de quadras desportivas nem espaços adequados para a prática de esportes.

Além disso, o serviço de escoamento das águas pluviais neste espaço é deficiente, tendo já provocado inundações no interior das escolas. Não há projeto de segurança contra incêndios ou outro fator de risco que provoque comoção interna, existindo apenas uma saída, com grades de ferro.

Foto 14: Interior da E. M. Nicola Mandarino



Fonte: Autores do trabalho

Foto 15: Interior da E.M. Ver. Genésio Santana



Fonte: Autores do Trabalho

Portanto, as unidades escolares apresentam infraestrutura precárias de atendimento aos alunos, carecendo de espaços como quadra esportiva, biblioteca, laboratório de informática e refeitório, haja vista serem espaços necessários as atividades escolares e não existir nestas unidades de ensino, talvez refletindo e influenciando nos resultados pedagógicos.

CAPÍTULO 3: PLANO DE INTERVENÇÃO

O presente Projeto buscará discutir com a comunidade escolar rural do município de Itaporanga D'Ajuda a problemática da questão do uso e abuso de drogas entre crianças e adolescentes. É colocada em pauta a desestruturação da instituição familiar como um dos fatores que leva o jovem a, em convivendo maior parte do tempo fora do ambiente familiar, com amigos, muitas vezes com a mesma problemática na família, cresce sem a agregação de valores e referenciais morais. O jovem se desenvolve sem a autoestima necessária para resistir às pressões do ambiente para se envolver com o mundo das drogas.

Apesar de este problema ser hoje um fator predominante na sociedade brasileira e mais especificamente na sergipana, na população apontada para estudo (população rural do município de Itaporanga D'Ajuda) tem se intensificado nestes últimos anos, gerando muita violência, inclusive a morte de adolescentes e jovens, fato que tem sido noticiado na mídia diariamente, como também, tem instigado a curiosidade de educadores que trabalham no dia a dia com esta comunidade.

O Projeto **“Prevenção ao uso e abuso de drogas ilícitas por crianças e adolescentes no ambiente escolar”**, poderá contribuir também para que futuramente novas propostas de trabalho de intervenção na comunidade possam detectar fatores de riscos e estabelecer melhores interlocuções para que se possam dialogar com a comunidade local, autoridades constituídas e principalmente, com as entidades que formam a rede de proteção, para que assim se discuta e esclareça à problemática, articule os atores envolvidos, formule e desenvolva planos e estratégias, para intervir nesta realidade e de forma intensiva e permanente na busca de soluções que minimizem e/ou acabem com essa violência cruel e destruidora da população de jovens e adolescentes da escolas envolvidas no projeto, do Povoado nova Descoberta.

Antes de mais, é importante conhecer a realidade do meio para perceber as causas ou fatores que possam levar ao tal uso / abuso de drogas e a outros comportamentos de risco, compreender a sua importância relativa, definir objetivos concretos e se possível mensuráveis para alterar uma situação, contar com todos os

recursos locais para levar a cabo as atividades programadas, avaliar o processo e os resultados obtidos.

No entanto, este caminho deverá ser partilhado por todos aqueles que direta ou indiretamente intervêm localmente – e muitas vezes nesse processo é fácil perceber que há muitas áreas de intervenção que só podem beneficiar com a partilha de recursos e saberes e do empenhamento e participação dos afinal principais interessados – os cidadãos.

A prevenção primária deverá ser assumida como uma responsabilidade do conjunto da sociedade, dos poderes públicos, das associações privadas, da comunidade escolar, das famílias, das empresas e dos meios de comunicação numa competência partilhada. Nunca será demais referir à importância do empenhamento dos serviços de saúde locais. Com uma lógica de promoção da saúde muito poderão contribuir para alargar o âmbito da intervenção.

Portanto, o planeamento das atividades preventivas deve ter como meta diminuir a probabilidade de o jovem envolver-se de maneira indevida com o uso de drogas. Para isso, os programas de prevenção ao uso de drogas devem enfatizar a redução dos fatores de risco e ampliação dos fatores de proteção.

Outro norte clareador da constituição deste projeto de intervenção foi orientações extraídas do documento “Prevenção dos problemas relacionados ao uso de drogas: capacitação para conselheiros e líderes comunitários” do SENAD-MJ/NUTE-UFSC (2014), que menciona como a comunidade e os pais devem atuar no combate ao uso de drogas:

01. Abordagem precoce - Uma escritora americana, Peggy Mann, escreveu um livro ontológico, cujo título no original é *Twelve is too old* (Doze anos já é tarde). Segundo a autora, deve-se começar a educar sobre as drogas mesmo as crianças de 9, 10 e 11 anos. As melhores escolas do país trabalham questões como sexo e drogas logo nas 5^{as} séries. Quanto mais cedo for iniciado o ensino, melhor.

02. Programas educativos - Colaborar para estabelecer programas educativos permanentes sobre drogas nas escolas, ou mesmo fora delas. Tais programas devem ser destinados a crianças, adolescentes, jovens e adultos. Esses programas devem visar, inicialmente, à capacidade humana no sector, isto é, antes de educar nossos filhos, precisamos educar pais e mestres. É necessário formar multiplicadores para tal trabalho educativo.

03. Mobilização da comunidade - Mobilizar a comunidade para participar do projeto. Cada pai ou líder comunitário deve empenhar-se para a execução dos debates e palestras sobre o assunto, principalmente aqueles que visam à orientação de leigos.

04. Levantamentos estatísticos - Levantar a extensão do problema. A aplicação de questionários sigilosos, após palestras, conferências, cursos e aulas sobre drogas é uma boa medida. Os questionários devem ser preparados por especialistas neutros que não estejam envolvidos com o programa, para se evitar erros ou omissões e devem ser feitos de maneira a preservar rigorosamente o anonimato. Não devem ser aplicados aleatoriamente, mas após orientações corretas e adequadas do público alvo, procurando-se captar sua confiança para se obter respostas sinceras e confiáveis.

05. Oferta de novas atividades - Ampliar e diversificar as oportunidades, promovendo ocupações e lazer onde a droga não tenha lugar. Nesse sentido, é importante oferecer uma gama variada de atividades desportivas, recreativas, culturais, científicas, serviços à comunidade e outros. Estimular a imaginação criadora das crianças, adolescentes e jovens, apoiando-os nessas iniciativas, é outra excelente opção.

06. Estabelecimento de metas - Estabelecer metas realistas e humanamente viáveis. Por exemplo, pode-se estabelecer como uma das metas o uso corretor dos tranqüilizantes sob orientação médica, como armas terapêuticas valiosas nos casos em que são bem indicados, e não querer eliminá-los simplesmente da terapêutica. Outro exemplo, é lutar para que os pais não ofereçam bebidas alcoólicas ou cigarros aos seus filhos, e não querer torná-los (os pais) totalmente abstêmio.

07. Incentivo à formação de profissionais - Arregimentar (nos programas ou campanhas de prevenção) profissionais com formação especializada (médicos generalistas, psiquiatras, psicofarmacologistas, psicólogos, assistentes sociais, farmacêuticos, bioquímicos) ou pessoas com habilitação básica em saúde, educação, serviço social e áreas afins. É importante salientar que deve ser utilizada uma linguagem próxima do público alvo.

08. Cursos de preparação - Organizar cursos de extensão, congressos, seminários, simpósios, cursos de férias, cursos de especialização e outros nas diferentes áreas do abuso de drogas, a fim de preparar multiplicadores e adquirir recursos humanos no sector.

09. Estabelecimento de programas - Estabelecer, com realismo, os programas a serem cumpridos de modo que possam atingir realmente a população alvo. Por exemplo, não podem ser idênticos os programas destinados aos menores de rua (onde o uso mais comum é o de solventes voláteis - cola de sapateiro e outros) e programas dirigidos aos alunos de escolas particulares (onde geralmente é mais comum maconha e anfetaminas, e algumas vezes a cocaína). Isto sem falar nas profundas diferenças socioeconômicas dessas populações-alvo.

10. Mobilização da opinião pública - Mobilizar a opinião pública através de encontros, jornadas, seminários, concursos de slogans, cartazes, temas, frases, mensagens. Principalmente, junto aos jovens. O objetivo de tais empreendimentos é destacar a gravidade do problema e retratar suas repercussões no meio social. (SENAD-MJ/NUTE-UFSC, 2014, p. 72).

Diante da realidade diagnosticada e das leituras realizadas em textos e documentos, desenvolveu-se o presente projeto de intervenção utilizando-se, no momento inicial, de textos científicos para fundamentação em literatura pertinente à temática “O uso e abuso de drogas por crianças e adolescentes no ambiente escolar”. De posse destes conhecimentos específicos e relacionando-os aos fatos daquela realidade, deflagrou-se ideias e ações estratégicas para intervir e melhorar estes fatores naquela comunidade.

Portanto, o projeto será de caráter prático-participativo, e será dimensionado em função de problemática social que se intensificou nestes últimos dias de forma incontrolável, trazendo insegurança para as famílias, medo para as crianças e adolescentes e sentimento de impotência para diversos atores sociais, inclusive os educadores.

Esta perspectiva impulsionou a realização do projeto, não somente por imaginar numa ação imediatista, mas por que poderá gerar outros projetos e planejamentos para o enfrentamento destes de outros problemas semelhantes como também para fortalecer as redes de proteção.

Assim, propõe-se o projeto de intervenção que traz a como objetivo promover ações de combate ao uso de drogas ilícitas por crianças e adolescentes, que são alunos do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos das escolas: Escola Municipal Vereador Genésio Santana e Escola Municipal Nicola Mandarino, localizadas no Povoado Nova Descoberta, no município de Itaporanga D'Ajuda/SE, considerando que o uso de drogas 'por crianças' e adolescência é uma problemática que vem preocupando cada vez mais professores e outros profissionais de diferentes áreas, apesar de o tema das drogas ser frequentemente exposto nas mídias (RIBEIRO, 2003. P. 31).

Neste sentido, se faz necessário, perceber que a criança e o adolescente até a vida adulta passam por transformações físicas, psíquicas, sociais entre outras. E que na fase da adolescência, há uma predisposição ao desenvolvimento de alguns transtornos psicopatológico, a exemplo da "a depressão, ansiedade e alguns comportamentos de risco à saúde como uso de drogas (...)" (JANSEN, 2011, p. 442).

Diante dessa problemática, que acontece em nosso contexto escolar, percebe-se que o uso das drogas está cada vez mais próximo da juventude, atingindo muitas vezes a mais tenra idade. Assim, o espaço escolar é local privilegiado por permitir a transformação humana, tornando-o capaz de interferir em seu cotidiano, protagonizar suas ações com promoção à melhoria do bem comum e preparando-o para o exercício de uma cidadania ativa.

A partir dessas premissas, o referido projeto elenca como objetivos específicos, a saber:

- Capacitar equipe escolar para identificação e captação precocemente as crianças e adolescentes que se encontram exposto ao uso das drogas;
- Instrumentalizar a equipe educacional para realização de rodas de conversas sobre drogas e discutir e traçar metas de ação.
- Envolver às crianças e adolescentes para fazerem parte desse plano de intervenção em prol do combate às drogas;
- Promover a participação dos adolescentes e familiares em uma conversa informal nos bairros e associações;
- Mobilizar a comunidade, através de estratégias participativas, para a discussão sobre o uso e abuso de drogas ilícitas por crianças e adolescentes.
- Apresentar as crianças e adolescentes conhecimentos científicos que favorecem o reconhecimento dos tipos de drogas e a formação de atitudes de resistência às influências que poderão estimulá-los ao uso;
- Fornecer informações, através de eventos e materiais, sobre os principais tipos de drogas e seus riscos;
- Estimular a formação de Conselho comunitário de políticas de combate às drogas a partir da demanda local.

Para a execução, monitoramento e avaliação do projeto, será firmado parcerias com demais secretarias municipais de saúde, assistência social, segurança e o Ministério Público, bem como, os conselhos de direitos da Criança e do Adolescente – Conselho Tutelar.

A metodologia possuirá cunho socioeducativa, com utilização de estratégias diversificadas, no intuito da sensibilização e participação da comunidade em geral, para o não uso das drogas e sua minimização de ações estimuladoras.

Inicialmente as ações e atividades a serem realizadas para execução do projeto, se concentrará na adequação do conteúdo a faixa etária, propiciando o nível de compreensão do aluno, organizando grupos para tornarem multiplicadores de informações na prevenção e combate ao uso de drogas ilícitas por crianças e adolescentes para a escola e comunidade.

Logo após, promover workshop para capacitação da equipe escolar (direção, coordenação, professores e auxiliares), como forma de identificar situações de comportamento adverso de crianças e adolescentes, bem como, reconhecer no

município a rede de promoção, prevenção e redução de danos e tratamento no combate ao uso de drogas existentes.

Em seguida, através de curso com oficinas, com formação de grupos de trabalho comunitário, para a construção de cuidados e proteção, no âmbito escolar.

Continuando, massificar as informações a níveis local e municipal, através de Palestras, rodas de conversas, reuniões escolares, distribuição de material informativo e em diferentes mídias, sobre o combate ao uso de drogas ilícitas por crianças e adolescentes, com intenção de formar conselhos comunitários.

Segue abaixo, a síntese das atividades do projeto:

Quadro 2: Ação Workshop

AÇÕES	PÚBLICO-ALVO	METAS	RECURSOS			CUSTO	CRONOGRAMA
			MATERIAL	HUMANO	INSTITUCIONAL		
Workshop	Equipe que compõe a direção, coordenação, professores e auxiliares da Escola Municipal Vereador Genésio Santana e Escola Municipal Nicola Mandarino.	Inscrições de no mínimo 70% do público-alvo esperado; Interesse e participação de no mínimo 70% dos inscritos; Conhecimento de experiência concreto e coletivo sobre o enfrentamento ao uso e abuso de drogas, por crianças e adolescentes; Conhecimento dos órgãos e instituições municipais responsáveis pelo enfrentamento ao uso e abuso de drogas;	Kit com Crachás; folder com a programação, bloco de anotações, e caneta esferográfica azul ou preta. Material de escritório Alimentação e água;	01 Assistente Social; 01 Psicólogo; 02 Enfermeiros; 01 pedagogo; 01 Promotor de Justiça; 04 auxiliares de apoio; 04 auxiliares administrativos.	Espaço Físico para aproximadamente 50 pessoas; Datashow; Aparelhagem de som; Notebook; Maquina fotográfica/filmadora.	R\$ 1.500,00	09 de novembro de 2015 – das 08h00 até as 18h00min – duração 01 dia.

Fonte: Autores do Trabalho.

Quadro 3: Ação – Curso com oficina prática

AÇÕES	PÚBLICO-ALVO	METAS	RECURSOS			CUSTO	CRONOGRAMA
			MATERIAL	HUMANO	INSTITUCIONAL		
Curso com oficina prática	Equipe que compõe a direção, coordenação, professores e auxiliares da Escola Municipal Vereador Genésio Santana e Escola Municipal Nicola Mandarino.	Inscrições de no mínimo 70% do público-alvo esperado; Interesse e participação de no mínimo 70% dos credenciados; Conhecimento de experiência concretas e coletivas sobre o enfrentamento ao uso e abuso de drogas, por crianças e adolescentes;	Alimentação e água; Kit explicativo: Crachás; folder com a programação, bloco de anotações, e caneta esferográfica azul ou preta	01 Assistente Social; 01 Psicólogo; 02 Enfermeiros; 01 pedagogo; 01 Promotor de Justiça; 01 agente da segurança municipal 02 conselheiros tutelares 04 auxiliares de apoio; 04 auxiliares administrativo.	Espaço Físico para aproximadamente 50 pessoas; Datashow; Aparelhagem de som; Notebook; Maquina fotográfica/filmadora.	R\$ 5.000,00	De 23 a 28 de novembro de 2015, com carga horária de 40 horas/aula

Fonte: Elaborado pelos autores

Quadro 4: Ação - Palestras, rodas de conversas, reuniões escolares

AÇÕES	PÚBLICO-ALVO	METAS	RECURSOS			CUSTO	CRONOGRAMA
			MATERIAL	HUMANO	INSTITUCIONAL		
Palestras, rodas de conversas, reuniões escolares	Alunos do 6º ao 9º, da Escola Municipal Vereador Genésio Santana e Escola Municipal Nicola Mandarino, a família e a comunidade em geral.	Inscrições de no mínimo 70% do público-alvo esperado; Interesse e participação de no mínimo 70% dos credenciados; Conhecimento de experiência concretas e coletivas sobre o enfrentamento ao uso e abuso de drogas, por crianças e adolescentes;	Material de Escritório; Panfletos; Folders; Banners; Adesivos;	Equipe que compõe a direção, coordenação, professores e auxiliares da Escola Municipal Vereador Genésio Santana e Escola Municipal Nicola Mandarino; Equipe de Conselheiros Tutelares.	Aparelhagem de som; Bebedouro; Datashow; Notebook; Maquina fotográfica/filmadora.	R\$ 2.500,00	De 01 a 15 de dezembro de 2015

Fonte: Elaborado pelos autores

As atividades propostas para serem desenvolvidas na comunidade, a partir dos núcleos escolares, foram pensadas para disseminar conhecimento científico, estimular a reflexão e o pensamento crítico dos atores sociais no ambiente em que vivem, assim tornando-se uma forma de prevenção mais sólida e duradoura, principalmente para as crianças e adolescentes que se encontram num processo de construção de traços de personalidade e formação social.

Portanto, é um trabalho que poderá produzir impactos na visão da comunidade e comportamento dos adolescentes no que diz respeito às drogas, especialmente as drogas ilícitas e seus desdobramentos na vida das pessoas e no próprio meio social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema relacionado ao uso de drogas por crianças e adolescentes no ambiente escolar e na sociedade de forma geral, tem se intensificado nestes últimos anos. A sociedade recorre as autoridades constituídas para que providencie soluções em relação ao problema.

Neste sentido, existem inúmeras reflexões apontando que as medidas repressivas não são eficazes, sendo necessária a realização de trabalhos preventivos, através do processo educacional. Assim, a escola se torna um espaço imprescindível para o diálogo e a reflexão com os jovens e adolescentes tornando-os potenciais conhecedores e disseminadores das ideias antidrogas.

Um projeto de intervenção, pensado a partir dos elementos culturais e protagonizado pelos próprios atores sociais de determinada localidade já nasce fortalecido pela energia de sua constituição coletiva e democrática, podendo lograr resultados para as diversas gerações. Desta forma foi pensado o Projeto “**Prevenção ao uso e abuso de drogas ilícitas por crianças e adolescentes no ambiente escolar**” e sua devida aplicação na comunidade do Povoado Nova Descoberta.

Portanto, foi um projeto pensado não apenas como uma ação imediatista e passageira, mas ação geradora de outros projetos e de outros planejamentos dimensionados para o enfrentamento dos problemas relacionados ao uso de drogas por crianças e adolescentes, bem como meio para fortalecer as redes de proteção local.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTANI, H. M. B. Prevenção na escola: um novo olhar, uma nova prática. In Silva, E.A. e De Micheli, D. (Orgs.) Adolescência, uso e abuso de drogas: uma visão integrativa. São Paulo: FapUnifesp, 2011.

ALMEIDA, A. F. F.; HARDY E. Vulnerabilidade de gênero para paternidade em homens adolescentes. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 565-72, 2007.

BAHLS, Fernanda R. C., Ingbermann, Yara K. Desenvolvimento escolar e o abuso de drogas na adolescência. Estudos de Psicologia, Campinas, 2005.

BRASIL. Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Brasília, 2006.

_____. Ministério da Educação. Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8.069, de 13 de Julho de 1990.

_____. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Prevenção dos Problemas relacionados ao uso de drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias. Ministério da Educação. 6º ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2014. 24 de abril de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14887&Itemid=817>. Acesso em: 14 de março de 2015.

BERTHOUD, C. Visitando a família ao longo do ciclo vital. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

CARLINI, E. L. et al. CEBRID. VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes de Ensino Fundamental e Médio das Redes Pública e Privada de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras. São Paulo: UNIFESP. 2010.

CAVALCANTE, Antonio Mourão. Drogas: esse barato sai caro. Rosa dos Tempos. 5ª ed. Rio de Janeiro: 2003.

Cavalcante MB, Alves MD, Barroso MG. Adolescence, alcohol and drugs: a reflection in the health promotion perspective. Esc Anna Nery 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rpp/v31n2/19.pdf>.

CECCONELLO, A.; ANTONI, C.; KOLLER, S. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. Psicologia em Estudo, Maringá, n. 8, 2003.

DALBOSCO, C. Representações sociais de educadores de escolas públicas sobre situações-problema relacionadas ao uso de álcool e outras drogas. Tese de

Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura. Brasília: Universidade de Brasília, DF, 2011.

GROSSMAN, E. A construção do conceito de adolescência no Ocidente. *Revista Saúde & Adolescência*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 47-51, 2010.

GORGULGO, M.. A influência da mídia na realidade brasileira do fenômeno das substâncias psicoativas. In: Silveira, D.X. e Moreira, F.G. *Panorama atual das drogas e dependências*. São Paulo: Atheneu, 2006.

HUTZ, C. (Org). *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

HUTZ, C. *Violência e risco na infância e adolescência: pesquisa e intervenção*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2005.

JANSEN, Karen et al. Transtornos mentais comuns e qualidade de vida em jovens: uma amostra populacional de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2011.

KRAUS, D. *Best practices in substance abuse prevention*. New Orleans: Xerox, 2000.

MARQUES, R. H. B. *Situações-problema relacionadas ao uso de álcool e outras drogas no contexto escolar: narrativas de educadores do ensino público da Região Centro-Oeste*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura. Brasília: Universidade de Brasília, DF, 2011.

MARTINS, Mayra C., PILLON, Sandra C., *A relação entre a iniciação do uso de drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei*. Rio de Janeiro: *Caderno Saúde Pública*, 24(5):1112-1120, 2008.

MORAIS, N. A. *Trajetórias de vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social: entre o risco e a proteção*, 241f. Dissertação de mestrado em Psicologia não-publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MOREIRA, Fernanda G., Silveira, DartiuX, Andreoli, Sérgio B. *Redução de danos do uso indevido de drogas no contexto da escola promotora de saúde*. Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo, 2008. Disponível em: <http://redalyc.vacmex.mx/redalyc/pdf/630/63011328.pdf>

NERY FILHO, A. Por que os Humanos Usam Drogas? In: NERY FILHO, A.; VALÉRIO RIBEIRO, A. L. (Orgs.). *Módulo para capacitação dos profissionais do projeto consultório de rua*. (pp. 11-16). Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2010.

NOTO, Ana R., GALDUROZ, José C. F. *O uso de drogas psicotrópicas e a prevenção no Brasil*. *Ciência e Saúde Coletiva*, 4(1):145-151, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v4n1/7137.pdf>.

RIBEIRO, T. W. PERGHER, N. K. TOROSSIAN, S. D. Drogas E Adolescência: Uma Análise Da Ideologia Presente Na Mídia Escrita Destinada Ao Grande Público. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2003.

ROBAINA, José V. L. Saberes construídos em projeto de prevenção ao abuso de drogas: subsídios para formação do educador. Tese de Doutorado. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007.

SANTOS, J. B., SUDBRACK, M. F. O. & ALMEIDA, M. M. Situações de Risco e Situações de Proteção nas Redes Sociais de Adolescentes. In: Brasil, Presidência da República. Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, DF, 2010.

SALVO, C. G. Práticas educativas parentais e comportamentos de proteção e risco à saúde em adolescentes. Tese de doutorado não-publicada, 235f. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SCHENKER, M.; MINAYO, M. C. S. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. Ciências e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 707-717, 2005.

SCHINKE, S; BOTVIN, G.J.; ORLANDI, M.A. Substance abuse in children and adolescents - evaluation and intervention. Newbury Park: SAGE, 1991.

SIERRA V. M, Mesquita WA. Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes. São Paulo, Perspectiva, 2006.

SODELLI, M. Uso de Drogas e Prevenção. São Paulo: Iglu, 2010.

ZANELATTO, Neide A., ZANELATTO, Raquel. Prevenção do uso de drogas na escola – Modelos de intervenção. UNIAD – Unidade de Pesquisa de Álcool e Drogas – Universidade Federal de São Paulo. Universidade de São Paulo, 2015.

ANEXO




GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA-SE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO DESPORTO E LAZER

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA EM ESCOLA

Tendo em vista solicitação por parte dos pesquisadores da Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe, os Srs. Roberto Carlos da Silva e Ricardo Jesus dos Santos, do Curso de Especialização em Direitos Infanto-juvenis na escola, Autorizo os mesmos a realizarem pesquisa nas escolas da rede de ensino, especificamente Escola Municipal Nicola Mandarin e Escola Municipal Ver. Genésio Santana, ambas localizadas no Povoado Nova Descoberta Neste Município, para construção de projeto de intervenção sobre "A prevenção ao uso de drogas por crianças e adolescentes no ambiente escolar".

Itaporanga D'Ajuda-SE, 06 de julho de 2015.


MARIA DONALICE ALFANO SILVEIRA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MATRÍCULA Nº 344